

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*

## 2

*Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva  
(Organizadores)*



**Atena**  
Editora

Ano 2020

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*

## 2

*Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva  
(Organizadores)*



**Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2020 Os autores  
Copyright da Edição © 2020 Atena Editora  
**Editora Chefe:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

#### **Editora Chefe**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira

#### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

#### **Conselho Editorial**

##### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2

**Editora Chefe:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores** Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A838 Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Sandra Célia Coelho Gomes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-205-0

DOI 10.22533/at.ed.050202107

1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Silva, Sandra Célia Coelho Gomes da.

CDD 379.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



## APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, apresentamos a vocês o volume 2 da Coletânea, “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, uma obra que totaliza 71 artigos e 3 volumes com textos diversos e plurais que discutem a educação a partir de várias perspectivas. Este volume está organizado em dois eixos com 12 artigos cada um, que mostram a conjuntura de investigações que foram desenvolvidas em vários contextos do Brasil, expandindo assim, a reflexão filosófica e o pensamento científico a partir da perspectiva educacional.

A Educação brasileira no cenário atual parece seguir sem perspectivas de avanços, haja vista a falta de políticas públicas educacionais que dialoguem com um Brasil de muitas dimensões e diversidades. Esse cenário, clama pela valorização da educação e dos seus atores, e de um alargamento de diálogos entre o sistema político, universidades e outros organismos vinculados à educação. Diante o exposto, inferimos que: trabalhos como esses apresentados no volume 2 desta Coletânea, mostram o potencial científico e de intervenção social que advém das investigações desenvolvidas nos liames da educação.

Nessa direção, o volume 2 da Coletânea, estabelece uma teia dialógica que perpassa pela educação, promovendo a integração de termos que direcionam o pensar e a reflexão científica rumo aos contextos - histórico, político, cultural e social -, dos quais pontuamos: aprendizagem, currículo, democratização, desenvolvimento profissional, desigualdade, direitos humanos, educação, ensino, formação de professores, gestão, história, política, entre outros. Com isso, desejamos a vocês uma boa leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Maria Teresa Ribeiro Pessoa

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

## SUMÁRIO

### EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO A IDENTIDADE E ROMPENDO O PRECONCEITO ATRAVÉS DA LUDICIDADE	
Jozaene Maximiano Figueira Alves Faria Fernanda Pereira da Silva Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0502021071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>6</b>
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A BNCC	
Reginaldo Aparecido de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0502021072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDO DE ESTATÍSTICA COMO MEIOS DE EMPODERAMENTO FEMININO	
Polyana Perosa Mirella Aguiar da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0502021073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>25</b>
ENSINO DE SOCIOLOGIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A SENSIBILIZAÇÃO SOCIOLÓGICA: UMA EXPERIÊNCIA COM ESTÁGIO CURRICULAR NAS ESCOLAS PÚBLICA ESTADUAIS NO SUDOESTE BAIANO	
Valdívia Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0502021074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
ENSINO PROFISSIONAL SIGNIFICATIVO: A METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COMO DIFERENCIAL	
Gerson dos Santos Neto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0502021075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DESPROVIDA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, É POSSÍVEL?	
Jonatan Pereira da Silva Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti José Santos Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0502021076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>78</b>
ESTILOS DE APRENDIZAGEM E DIFERENÇAS INDIVIDUAIS EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: O CASO DE UM INSTITUTO FEDERAL BRASILEIRO	
Cicero Eduardo de Sousa Walter Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes Rafael Ângelo dos Santos Leite Polyana Carvalho Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0502021077</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>93</b>
FORMAÇÃO DE EDUCADORES E OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CONTEMPORANEIDADE	
Benjamim Machado de Oliveira Neto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0502021078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>103</b>
FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL	
Talita Aparecida de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0502021079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>116</b>
FORMANDO PARA A DOCÊNCIA: UM PROCESSO DE INVESTIMENTO NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
Isadora Ribeiro Ibiapina	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05020210710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>128</b>
GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA FERNANDO RODRIGUES DO CARMO EM SANTANA-AP	
Elivaldo Serrão Custódio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05020210711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>143</b>
GESTÃO EMPREENDEDORA COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA: UM OLHAR SOBRE O GRUPO SCC	
Inara Antunes Vieira Willerding	
Roberto Rogério do Amaral	
Édis Mafra Lapolli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05020210712</b>	
<b>EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>156</b>
GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS FRENTE A IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROVA BRASIL	
Wanessa Vieira Modesto	
Ana Kely Martins da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05020210713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>172</b>
INFORMÁTICA BÁSICA NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Claudemir Cosme da Silva	
Renata Makelly Tomaz do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05020210714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>181</b>
JOÃO ALFREDO E A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL IMPERIAL	
Cíntia Farias	
Alberto Damasceno	
Suellem Pantoja	
Viviane Dourado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05020210715</b>	

**CAPÍTULO 16 ..... 190**

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS ESCOLAS DO CAMPO

Silvanete Pereira dos Santos  
Maria Onilma Moura Fernandes (In memoriam)  
Sheila de Fatima Mangoli Rocha  
Felipe Aleixo

**DOI 10.22533/at.ed.05020210716**

**CAPÍTULO 17 ..... 204**

MÁQUINA DE ONDAS ESTACIONÁRIAS DE DUAS FONTES

Guilherme Tavares Tel  
Gabriel Felipe de Souza Gomes  
Gabriel Tolardo Colombo  
Luana Gonçalves  
Paulo Vitor Altoé Brandão  
Marcos Cesar Danhoni Neves

**DOI 10.22533/at.ed.05020210717**

**CAPÍTULO 18 ..... 211**

O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE NUMA PERSPECTIVA AUTOBIOGRÁFICA

Tuany Inoue Pontalti Ramos

**DOI 10.22533/at.ed.05020210718**

**CAPÍTULO 19 ..... 220**

O HERÓI DOCENTE: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Roseli Vieira Pires  
Kátia Barbosa Macêdo  
Anna Flávia Ferreira Borges

**DOI 10.22533/at.ed.05020210719**

**CAPÍTULO 20 ..... 234**

O OLHAR ACADÊMICO/PIBIDIANO SOBRE AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Arnóbio Rodrigues de Sousa Júnior  
Antonio Avelar Macedo Neri  
Maria das Dores Alexandre Maia  
Mayara Barros Bezerra  
Oscar Soares de Araújo Júnior

**DOI 10.22533/at.ed.05020210720**

**CAPÍTULO 21 ..... 245**

O PAPEL ARTICULADOR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO SERVIÇO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

Selma Marquette Molina  
João Clemente de Souza Neto

**DOI 10.22533/at.ed.05020210721**

**CAPÍTULO 22 ..... 257**

O PAPEL DO APEGO NO PROCESSO DE INSERIMENTO DA CRIANÇA NA CRECHE

Nathália Ferraz Freitas  
Sorrana Penha Paz Landim  
Cinthia Magda Fernandes Ariosi

**DOI 10.22533/at.ed.05020210722**

**CAPÍTULO 23 ..... 266**

O PÁTIO ESCOLAR E OS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS: PROJETOS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO – CAICÓ/RN

Aline Kelly Araújo dos Santos  
Joseane Alves Vasconcelos

**DOI 10.22533/at.ed.05020210723**

**CAPÍTULO 24 ..... 274**

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL COMO METODOLOGIA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Lidnei Ventura  
Klalter Bez Fontana  
Roselaine Ripa

**DOI 10.22533/at.ed.05020210724**

**SOBRE OS ORGANIZADORES..... 285**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 287**

## O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL COMO METODOLOGIA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

*Data de aceite: 01/07/2020*

*Data de submissão: 02/06/2020*

### **Lidnei Ventura**

Centro de Educação a Distância – Universidade  
do Estado de Santa Catarina Florianópolis-SC  
<http://lattes.cnpq.br/9553407104950703>

### **Klalter Bez Fontana**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis-SC  
<http://lattes.cnpq.br/7402731465288377>

### **Roselaine Ripa**

Centro de Educação a Distância – Universidade  
do Estado de Santa Catarina  
Florianópolis-SC  
<http://lattes.cnpq.br/2417267498278674>

**RESUMO:** O presente artigo discute princípios e métodos da gestão democrática da educação e suas possibilidades de implantação no espaço escolar da educação infantil ao ensino fundamental e médio. São analisadas possibilidades legais de implementação da gestão democrática, explicitando as ferramentas que viabilizam a gestão participativa e práticas compartilhadas no espaço da escola. Primeiramente, discute-se os princípios democráticos que devem nortear

a gestão democrática da educação e das escolas brasileiras. Estabelecidos os princípios, será apresentado o Planejamento Estratégico Situacional Escolar (PESE) como metodologia de descentralização e partilhamento da gestão escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão escolar. Democratização. Planejamento estratégico.

### STRATEGIC PLANNING AS A

### METHODOLOGY FOR DEMOCRATIZING SCHOOL MANAGEMENT

**ABSTRACT:** This article presents and discusses principles and methods of the democratic management of education and its possibilities of implantation in the school space from infant education to elementary and high school. Legal possibilities for implementing democratic management are analyzed, explaining the tools that enable participatory management and shared practices in the school space. Firstly, it discusses the democratic principles that should guide the democratic management of Brazilian education and schools. Once the principles are established, the School Situational Strategic Planning (SSSP) will be presented as a methodology for decentralizing and sharing school management.

**KEYWORDS:** School management. Democratization. Strategic planning.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda os princípios e métodos da gestão democrática da educação e suas possibilidades de implantação no espaço escolar da educação infantil ao ensino fundamental e médio.

Ao longo do estudo serão analisadas as possibilidades legais de implementação da gestão democrática, explicitando as ferramentas que viabilizam a gestão participativa e práticas compartilhadas no espaço da escola, tais como planejamento estratégico situacional escolar e o projeto político pedagógico.

Primeiramente se discute os princípios democráticos que devem nortear a gestão democrática da educação e das escolas brasileiras. Estabelecidos os princípios, será discutido o Planejamento Estratégico Situacional Escolar (PESE) como metodologia de descentralização e partilhamento da gestão escolar.

Enquanto previsão legal da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1999), a gestão democrática da educação é um princípio de organização e funcionamento das escolas públicas brasileiras. Em que pese a falta de regulamentação desse princípio constitucional, diversas formas de planejamento participativo têm sido experimentadas nas escolas brasileiras. Neste cenário, o Planejamento Estratégico Situacional Escolar apresenta-se como uma ferramenta de incentivo ao cumprimento do preceito constitucional de democratização dos espaços escolares.

## 2 | PRINCÍPIOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Enquanto sistema de governo, sabe-se que a democracia teve origem na Grécia, por volta do século V, o século de Péricles. Nela, os governantes passaram a ser eleitos pelo voto popular, pelo povo, que na língua grega chamava-se “*demo*”. Como “*kracia*” se refere a comando, poder ou governo, então *demo-cracia* deveria ser “o governo do povo”. Muitos séculos depois, o presidente americano Abraham Lincoln cunharia o conceito mais famoso de democracia: “todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido”.

Evidentemente, que tudo isso se passa no plano ideal. Mesmo a chamada democracia grega era muito peculiar, pois estima-se que dos 400 mil habitantes de Atenas, 250 mil eram escravos e não tinham direitos políticos (DURANT, 1996, p. 27). Nesse tempo, as mulheres também não participavam da vida pública. Consequentemente, o contingente de 150 mil cidadãos livres para participar das assembleias populares, a Eclésia, ficava ainda mais reduzido. Os estrangeiros, chamados de metecos, também não tinham direitos políticos.

Ressalvando a experiência grega, somente na era Moderna é que a humanidade

reviveu a democracia. Com as Revoluções Inglesa (1688), Revolução Americana (1776) e Revolução Francesa (1789), instaurou-se nesses países as principais características do sistema democrático: eleição para os governantes e a divisão do poder estatal em legislativo, executivo e judiciário, com criação do sufrágio universal (voto).

Entretanto, uma diferença fundamental da democracia grega para as experiências modernas está na própria estrutura do sistema democrático. Enquanto que na Eclésia grega a participação era direta, na Modernidade, o modelo é representativo, ou seja, delegamos (votamos) em alguém para nos representar nas decisões, modelo esse que é chamado de democracia representativa.<sup>3</sup>

Na forma de democracia representativa atual, o cidadão comum vai se afastando da vida política, pois sua participação é exigida somente em momentos pontuais, quando ocorrem eleições. Estudos apontam para uma crescente apatia dos eleitores no processo democrático representativo, principalmente naqueles países em que o voto não é obrigatório, como por exemplo, os Estados Unidos da América.

Sobre isso, Márcia Ribeiro Dias afirma que:

A distância que separa o Estado da sociedade não é uma constatação recente. Schattschneider (1960), no início da década de 1960, associou a falta de transparência dos governos ao desinteresse da população pelos assuntos políticos. O povo semi-soberano seria fruto de uma arraigada tradição política voltada para o isolamento do Estado e de uma estrutura governamental labiríntica, responsáveis pela manutenção da grande maioria da população ignorante com relação ao curso das decisões governamentais. (RIBEIRO DIAS, 2004, p.244).

Por outro lado, na medida em que a circulação de informações vai se avolumando e as decisões e bastidores da vida política vão se descortinando para o cidadão comum, o processo democrático vai se fortalecendo e aperfeiçoando os instrumentos de controle social sobre as instâncias de governo. Desta forma, a coletividade vai ganhando força e os dirigentes tendem a cumprir seus programas de governo e socializar cada vez mais a gestão pública.

Essa condição torna-se compulsória quando a chamada “sociedade civil” se organiza e atua no âmbito do coletivo, e não motivada apenas por interesses mesquinhos e individuais, preocupando-se mais com a “res publica” (coisa pública). Daí a necessidade de fortalecimento de conselhos comunitários, associações profissionais, sindicatos, ONGs, enfim, diversos fóruns de consultas e, principalmente, de deliberações coletivas. Mas, isso requer tempo e um grande esforço educativo para que os indivíduos adquiram consciência do poder da coletividade, reivindicando o bem comum.

A democratização das relações em uma determinada organização social depende do nível de participação dos atores socialmente envolvidos.

Por isso, quanto mais exclusão social, menos politizada e democrática é uma sociedade. A luta por democracia prescinde da luta por igualdade de oportunidades, de condições e acesso ao conjunto da produção social. Afinal, para atuar na sociedade,



o indivíduo precisa suprir suas condições de existência imediatas, enfim, precisa ser cidadão.

No caso brasileiro, o sistema eletivo instituiu-se ainda no Império, mas a efetiva independência dos poderes aconteceu somente com a Proclamação da República, em 1889. De lá até os nossos dias, a frágil democracia brasileira sofreu duros golpes e, ainda hoje, em pleno século XXI, milhares de brasileiros estão excluídos, muitos vivendo abaixo da linha da pobreza (cerca de 50 milhões de pessoas ou cerca de 29% da população).

Este é um grande sinal de que há muito por fazer com relação à democratização do Estado brasileiro. De modo que, apenas formalmente, vivemos em uma democracia, pois os bolsões de pobreza, analfabetismo, indigência e ignorância põem à margem da participação social grande parte da população que, afinal de contas, é o coração de qualquer processo democrático.

Comparada a dos países europeus e da América do Norte, nossa democracia ainda engatinha. Algumas delas têm quase três séculos, enquanto a nossa república tem pouco mais de um centenário e ainda sem continuidade, sofrendo interrupções nocivas justamente nos momentos em que a população ensaiava suas mobilizações e ansiava por participação na vida pública brasileira. Foi assim com a instauração do Estado Novo (1937), durante a ditadura de Getúlio Vargas, que interrompeu por longos anos o processo democrático, precisamente quando diversos avanços em políticas públicas haviam sido contemplados na Constituição de 1934, revogada por Vargas quando deflagrou a ditadura.

Com o fim trágico do Estado Novo e quando novamente a sociedade civil brasileira ganhou fôlego e exigiu participação, consolidando novos espaços com a Constituição de 1946, novo golpe vitimou os anseios da democracia brasileira com o golpe militar de 64, dando início a duas décadas de opressão aos movimentos populares.<sup>3</sup>

Somente nos anos de 1980, com a decadência do autoritarismo e reclusão vergonhosa do regime militar, é que as forças sociais se reorganizaram e novamente conquistaram o cenário político, dando sangue novo ao processo democrático. As lutas pelas eleições diretas marcaram esse período não apenas pela reconquista do sistema eletivo para a presidência da república, mas por ter viabilizado a unificação das forças progressistas em torno de um ideal comum: a tão sonhada democratização do Estado e da sociedade brasileira.

Foram incomuns na história do Brasil as conquistas da Constituição de 1988. Em todas as áreas, ocorreram avanços viabilizados por grupos organizados que pressionaram a Assembleia Nacional Constituinte, a tal ponto que a nova Carta Constitucional passou à história com o codinome de “Constituição Cidadã”.

A educação nacional viu contempladas reivindicações históricas, consagrando a liberdade de ensinar e a convivência plural de perspectivas pedagógicas, além de garantir o direito de ensinar e aprender enquanto obrigação da nação para com seus concidadãos.

Foi na Constituição de 1988 que primeiramente a legislação educacional, no Brasil,

falou em “gestão democrática da educação”. Aliás, esse é um princípio constitucional sob o qual deveria ser regida a educação brasileira. Entretanto, nem a Constituição Federal nem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, definiram o que seja **gestão democrática**. Apesar disso, diversas iniciativas de democratização da gestão escolar foram implementadas na educação brasileira, tais como: a criação dos conselhos de escola, planejamentos participativos, planejamentos colaborativos e outros.

No calor da abertura democrática, diversos estados e municípios inovaram com a deflagração de eleições para diretores de escolas, tentando implementar com isso um processo de descentralização da gestão escolar, mas infelizmente o clientelismo político fez com que diversos governadores e prefeitos requeressem na justiça o direito de indicação dos cargos comissionados para a administração pública.

Como a LDB atual não legislou sobre o assunto, embora a literatura educacional defenda o contrário, os gestores escolares têm sido, via de regra, indicados pelo executivo estadual e municipal. Percebe-se claramente que essa postura só retarda o já lento processo de democratização das relações no interior da escola, ficando dependente dos desmandos do partido político vencedor das eleições, rateando as gestões das escolas como pilhagem entre os partidários aliados, dificultando a implantação da tão sonhada autonomia escolar.

Felizmente, alguns dispositivos legais presentes na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional favorecem à construção de uma escola voltada para a gestão compartilhada.

Mas, o que queremos dizer com gestão compartilhada?

Compartilhar significa dividir, repartir, partilhar com. Em se tratando de gestão escolar, o sentido atribuído ao compartilhamento deve ser sinônimo de intervenção deliberativa. Pensando assim é que podemos aprofundar e até mesmo superar a democracia moderna, dita representativa. No modelo democrático de representação, a vontade é delegada, enquanto que no modelo democrático participativo a vontade é exercida diretamente, sem intermediários, possibilitando a construção em conjunto.

Para a professora Heloisa Lück (2000), o processo de instauração da gestão escolar democrática precisa assentar no seguinte tripé:



Fig. 1 – Tripé da gestão escolar democrática

Fonte: Baseado em Lück, 2000.

O processo de descentralização e compartilhamento são princípios fundamentais para o estabelecimento da gestão escolar democrática, pois implicam em envolver o coletivo escolar nos momentos de decisões que interferem na vida de todos os atores que participam da comunidade escolar.

Segundo Anterita Godoy, os princípios citados tendem a superar obstáculos enfrentados na gestão escolar. Para ela,

Trazer ao coletivo a responsabilidade para com o desenvolvimento da escola pode fazer com que muitos dos obstáculos sejam superados, principalmente porque faz do dirigente escolar alguém que [medeia] uma equipe responsável pelo caminhar progressivo da escola, bem diferente de uma figura que concentra em suas mãos os poderes de responsabilidade e decisão da mesma. (GODOY, 1999, p. 84).

Já o princípio de deliberação coletiva pressupõe estender à escola aquilo que já é prática corrente na sociedade, ainda que a democracia representativa tenha seus limites de execução. Entretanto, atualmente é dela que dispomos e é preciso ir qualificando o processo junto às novas gerações que passam pela escola. O que não podemos é perder de vista que a forma da deliberação só pode ser justa se for horizontalizada, quando os sujeitos envolvidos tiverem os mesmos direitos de voz e voto. Sobre a importância do voto, o professor Emir Sader explica que,

Para Norberto Bobbio, a partir do momento em que se conquistou o direito universal do voto, deve-se estendê-lo a todos os rincões da sociedade. Deve-se passar a votar na fábrica, na igreja, na burocracia, nos quartéis, nas redações, nas escolas, nos hospitais – em suma, em todos os lugares em que o homem joga o seu destino e, portanto, tem o direito de ser senhor dele. (apud BASTOS, 2001, p. 25).

A gestão escolar compartilhada pressupõe que o tripé apresentado sirva de

fundamento para as mais variadas metodologias de projetos institucionais coletivos como o Planejamento Estratégico Situacional Escolar (PESE) e o Projeto Político-Pedagógico. Embora esse artigo contemple o PESE como metodologia de trabalho coletivo, é importante reiterar a importância da instauração de conselhos deliberativos escolares, conselhos de classe participativos, conselhos de alunos (ou grêmio estudantil) e conselho gestor, para que práticas de gestão democrática sejam fortalecidas nas instituições escolares.

### **3 | O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL ESCOLAR COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARTICIPATIVA**

Pelas características complexas das instituições educativas e do fazer pedagógico, sabe-se que não pode haver receita pronta, pois a sociedade está em constante transformação. Sendo assim, uma iniciativa apropriada para um dado momento histórico não serve para outro, pois as gerações mudam e as demandas sociais também se diversificam. Isso nos lembra o pensamento do poeta sevilhano Antônio Machado, quando fala do caminho a ser traçado, a ser percorrido pelos caminhantes que o fazem durante a caminhada. Segundo o poeta, em *Provérbios y Cantares*, não há caminho pré-traçado, senão aquele que vamos fazendo ao caminhar. Como ele diz: *Caminhante, são tuas pegadas/ o caminho e nada mais;/ caminhante, não há caminho,/ se faz caminho ao andar* (1903).<sup>3</sup>

E a construção da gestão escolar compartilhada é um desses caminhos que não dispõe de mapa, porque está diretamente ligada à possibilidade de organização autônoma dos atores presentes no espaço escolar. Daí a importância de se criar ferramentas que viabilizem autonomia e gestão democrática na escola, o que significa a construção e a implementação de um planejamento coletivo.

Como sabemos, planejar significa antecipar uma ação. Como acontece com o sujeito individual, cuja prática é sempre uma projeção do seu pensamento, também os projetos coletivos requerem essa “atividade teleológica”, prospectiva. No que se refere à educação, todo planejamento educacional é uma ação intencional destinada à formação humana.

Nesse aspecto, o Planejamento Estratégico Situacional Escolar (PESE) é uma importante ferramenta que norteia as ações pedagógico-administrativas no âmbito da escola. E como essa metodologia necessariamente tende a envolver e responsabilizar os sujeitos presentes na instituição, trata-se de uma ferramenta de descentralização da gestão e democratização das decisões no espaço escolar, e cada uma das suas dimensões (planejamento – estratégico -situacional escolar) aponta para o aspecto importante de processo cogestionários. Vamos ver mais de perto essas dimensões:

## *A - Dimensão do planejamento*

Todo planejamento é uma bússola, um guia para determinada ação, seja coletiva ou individual. Essa é uma faculdade tipicamente humana, pois significa projetar-se no tempo e no espaço para se antecipar a algo. Isso quer dizer que há um pressuposto a ser atingido, um porto de chegada. No caso da escola, o porto a se atracar é a formação humana de acordo com os fundamentos elencados na proposta pedagógica. E podemos também dizer que são os pressupostos teórico-metodológicos que dão a direção do caminho a ser percorrido. No caso do planejamento, elenca quais ações deverão ser implementadas para se chegar à formação humana que se quer.

Deste ponto de vista, o planejamento é uma tentativa de intervenção, uma ferramenta de transformar as projeções em realidade.

No caso do planejamento estratégico, a dimensão prospectiva também é intencional e pretende organizar as ações de modo que a racionalidade institucional enfrente seus mitos históricos, tais como a burocracia e a centralização.

Por outro lado, a dimensão planejadora é que permitirá retirar as instituições escolares, da creche às escolas, do automatismo em que se encontram, como se fosse um barco à deriva. E isso só será possível se o processo de planejamento incorporar outras duas dimensões: a estratégica e a situacional.

## *B - Dimensão estratégica*

Essa dimensão requer atenção dos planejadores escolares, pois a herança legada às escolas públicas brasileiras tem deixado atordoados os seus atores, seja por falta de investimento ou pela contínua campanha de desqualificação deste espaço. Com tantos problemas a serem enfrentados no cotidiano da ação pedagógica, é preciso priorizar ações de modo que os esforços envidados possam ser exitosos. Ser estratégico é justamente o contrário do automatismo, é direcionar seus esforços e não ser uma folha ao vento, que não se sabe onde vai parar.

É bem próprio dos poderes dominantes da sociedade atual, tais como: a mídia, diversos partidos políticos e grandes corporações, que as escolas públicas continuem sem estratégia, engolidas pelas turbulências do cotidiano e funcionamento na forma de piloto automático, ao sabor dos ventos.

A dimensão estratégica permite aos educadores retomarem o processo de funcionamento das engrenagens da escola, permitindo-lhes empoderamento da formação humana necessária à transformação da sociedade atual num lugar melhor de vida para todos; ao mesmo tempo contrabalançando os poderes conservadores e permitindo que as pessoas possam escolher com mais liberdade e não alienados das próprias decisões.

## *C - Dimensão situacional educacional*

O PESE é uma ferramenta que tem como foco a situação educacional encontrada, partindo desta realidade para priorizar as ações e estratégias de intervenção.

O ponto de partida é o diagnóstico da situação educacional, levando em consideração não somente questões intraescolares, mas, principalmente, o entorno da escola, trazendo para discussão as preocupações e aspirações da comunidade escolar. O que tem acontecido na história da educação brasileira é o contínuo encastelamento da escola, o que leva a uma alienação dos problemas enfrentados justamente por aqueles que fazem uso e mais precisam dos recursos da instituição escolar.

Segundo Ventura, o PESE é

Uma ferramenta de organização das instituições, de curto prazo, com engajamento de todos os seus membros e que visa criar estratégias para determinada situação incômoda, inconveniente ou inibidora do bom andamento dos trabalhos produzidos ou dos serviços prestados. (2011, p.38).

Por isso, a característica do PESE é ser um plano breve, ordenador e simplificador de esforços ao longo de um ano letivo.

Quando as metas não são conquistadas, voltam no ano seguinte como temas pendentes, pois sua característica marcante é ser um projeto coletivo, interdependente e responsabilizador. Assim, evita-se o jogo de empurra, tornando toda comunidade escolar corresponsável pelos sucessos e fracassos da empreitada.

Em função do aumento das instituições e estabelecimentos escolares, a partir da década de 1970, há uma infinidade de modelos de planejamentos estratégicos disponíveis, mas mais importante que a forma, é se preservar dois elementos essenciais das práticas colegiadas: **participação e estratégia**.

De forma geral, os elementos fundamentais de um planejamento estratégico são: missão da instituição e diagnóstico, nós-críticos, metas, ações, subações, responsáveis e avaliação.

Antes de explicarmos cada momento, é preciso dizer que dois elementos precedem todo o movimento em torno do PESE: a missão e o diagnóstico da instituição. A missão da instituição escolar precisa estar bem definida no seu projeto político pedagógico. Ela tem a ver com o tipo de formação humana que se pretende, e mais: como, por quê e em nome de quem se educa? Esse é, por assim dizer, o viés político de toda estratégia.

Já o diagnóstico, tem a ver com o choque de realidade que a escola precisa ter ao olhar para fora de seus muros. É a partir dele que pode ser fazer perguntas cruciais para qualquer planejamento, tais como: **quem está lá fora dos muros da escola? O que essa comunidade aspira da escola? Como ela a vê?** E outras mais que permitam caracterizar o público que faz a escola ser o que ela é. É daí que saem os chamados nós-críticos ou problemas a serem enfrentados conjuntamente naquele ano. A visão estratégica sugere que devam ser perseguidos somente três nós-críticos a cada ano letivo, sob pena

de se tentar abarcar o mundo e deixar escapar o sucesso do empreendimento. Isso é necessário, pois cada problema requer uma equipe de trabalho ou responsáveis, ações pontuais (enunciados gerais que dizem **o que** e **por que** fazer) e subações (onde, quando e como fazer) bem situadas e localizadas estrategicamente.

Por se tratar de uma estratégia de ação de curto prazo, é preciso que a avaliação das metas, ações e subações sejam realizadas de forma processual nas equipes responsáveis, evitando demora no redirecionamento na forma de abordar os nós-críticos.

Voltamos a dizer que o PESE é apenas uma ferramenta de organização escolar e por si só não pode resolver os problemas da educação. São os atores presentes no espaço escolar, compartilhando ações e decisões, é que podem fazer o caminho ao andar. E quem dita as diretrizes gerais a serem seguidas é o projeto político pedagógico da instituição, que também pode se tornar uma prática educativa compartilhada.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ato de planejar não é uma tarefa simples, mas algo essencial quando se tem uma meta, algo a ser alcançado. No cotidiano educacional, o planejamento se torna uma ferramenta eficaz e necessária, principalmente quando se deseja uma prática pedagógica alinhada aos objetivos educacionais da instituição e integrada à comunidade onde se está inserido. E, quando falamos em planejamento educacional, não podemos deixar de relacionar este planejamento com a gestão democrática.

Como vimos ao longo deste trabalho, temos atualmente duas importantes ferramentas para implementação de uma gestão verdadeiramente democrática nas escolas. Tanto o PPP quanto o PESE são ferramentas que se complementam e se mostram valiosíssimas, mas que precisam ser elaboradas e implementadas com o envolvimento de toda a comunidade escolar. Enquanto o PPP contempla a visão de mundo, de cidadania, de educação daquela instituição específica, o PESE é a ferramenta que possibilita a transformação dos meandros teóricos do PPP em um cronograma de ações, com objetivos e tempos previamente definidos, mas que vai também sofrendo mudanças em suas nuances ao longo do ano, conforme o caminhar educacional aponte necessidades de revisão, ajustes e transformações.

Mas, para que essas duas ferramentas da gestão de fato se consolidem como tal, uma retroalimentando a outra, a participação de toda a comunidade escolar se torna essencial. A gestão democrática pressupõe esse planejamento participativo, que abre para o compartilhamento de desejos em comum, contemplando as singularidades e diversidade que envolvem o ato educacional, mas olhando para um mesmo horizonte. Neste cenário, as ferramentas de gestão participativas vão possibilitar que o diálogo se faça presente e constante. Essas importantes ferramentas da gestão democrática pressupõem um olhar para a escola inserida num contexto social, com suas necessidades

educacionais, particularidades socioeconômicas e riquezas culturais percebidas e presentes no cotidiano escolar. Esse olhar contextualizado e crítico é condição *sine qua non* para que a escola seja de fato integrada à comunidade ao seu entorno, sem muros, sem currículos e sistemas avaliativos engessados que padronizam o sistema educacional, sem considerar a diversidade de sujeitos que nela se fazem presente. Mas, para que isso aconteça, todas as vozes que compõem o coro escolar precisam ser ouvidas e valorizadas, de forma horizontal e igualitária. O papel da gestão é fundamental nesse processo. Por isso, a importância de termos gestores que sejam escolhidos e representativos daquela comunidade escolar, para que possam usar efetivamente ferramentas de gestão que se mostrem verdadeiramente democráticas.

Embora essa prática não é simples e nem fácil, é perfeitamente factível.

O planejamento, quando feito sob a luz da gestão democrática, mostra-se um caminho possível para mudanças e para que a escola seja, de fato, um espaço que abrace toda a diversidade e todos os diferentes olhares que dela fazem parte.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, João Baptista (Org.). **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Constituição Federal de 1988. Brasília, 1999.

DURANT, W. **História da filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GODOY, A. C. de Souza. Gestão escolar e prática reflexiva. In: BELLOTO, A. A. Monteiro et al. (Orgs). **Interfaces da gestão escolar**. São Paulo: Editora Alínea, 1999.

LÜCK, Heloísa. Gestão escolar e formação de gestores. **Em Aberto**. v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. Brasília, 2000.

MACHADO, Antônio. **Proverbios y cantares**. Disponível em: < <http://antoniocicero.blogspot.com/2010/08/antonio-machado-poema-xxx-de-proverbios.html>>. Acesso em: 12 set. 2019. (livre tradução).

VENTURA, Lidnei. **Gestão Educacional**. Florianópolis: SME, 2011.



## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO** – Pós-doutorado em Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE/UC Portugal, 2014-2016). Pós-doutorado (em andamento) em Formação de professores, Identidade e Gênero pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra ESEC (2017-); Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC/Goiás (2010-2014, CAPES 5); Doutorado em Ensino (em andamento), com objeto de tese na área da Educação Matemática/Desenvolvimento Profissional de Professores e tecnologias pela Universidade do Vale do Taquari/UNIVATES (2018 -, CAPES 4); Doutorado em Educação (em andamento), com objeto de tese na área de Currículo e Identidade Juvenis pela Universidade Luterana do Brasil/ ULBRA (2020 -, CAPES 5); Mestre em Teologia: Educação Comunitária Infância e Juventude pelas Faculdades EST (2007-2008, CAPES 5). A nível de graduação possui formação multidisciplinar com: Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Goiás (2005); Licenciatura em Pedagogia habilitação: séries iniciais, orientação e supervisão escolar, pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais ICSH (2005) e Licenciatura em Filosofia pela Faculdade Batista Brasileira/FBB (2011). É professor Titular C-II da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior/FIMES/UNIFIMES desde 2014 (Onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação) e professor P-IV da Secretaria Estadual de Educação de Goiás desde 1999 na disciplina de Matemática. Atua, ainda, como Docente Permanente nos seguintes Programas: Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Faculdade de Inhumas FACMAIS, Linha 2 Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos; Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul UEMS, Linha 1 Currículo, Formação Docente e Diversidade (Cooperação técnica nº 1038/2019. Publicado no D. O. nº 10038 de 28/11/2019) e do MPIES Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia UNEB (Colaboração Técnica, sem vínculo empregatício), na Linha 2 Novas Formas de Subjetivação e Organização Comunitária. Coordenador do Grupo de Pesquisa (NEPEM/UNIFIMES-CNPq); Colíder do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no interior do Amazonas (do IFAM). Associado na ANPED/Nacional. Membro da Comissão Editorial da Revista Científica em Educação da FACMAIS (2020 -); Membro do Comitê Científico da Editora Atena (2019 -); Editor da Revista Científica Novas Configurações Diálogos Plurais (2020 -). Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois grupos temáticos: I Processos Educativos: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II Estudos Culturais: Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, Religiosidade e Cultura. E-mail: maximo@unifimes.edu.br

**MARIA TERESA RIBEIRO PESSOA** – Doutoramento em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra. Mestrado em Ciências da Educação – Psicologia da Educação pela Universidade de Lisboa. Licenciatura em Psicologia – Universidade de Coimbra. Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Tem desenvolvido trabalho com docente nas áreas da formação de professores e da utilização pedagógica das tecnologias e lecionado, a nível nacional e internacional, em mestrados e doutoramentos nestas mesmas áreas. Assim lecionou diversos temas (Formação Narrativa de Professores, Tecnologia Educativa, Teoria da Educação, Conceção e Produção de Materiais Educacionais, Teorias e Modelos de Formação de Professores, Inovação Pedagógica) em várias Universidades Portuguesas (Lisboa, Porto, Braga, Coimbra) em Universidades Brasileiras (Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro) e em

Espanha (Universidade Autónoma de Madrid, Universidade de Granada, Universidade de Málaga Universidade de Salamanca) e Universidade Karlova de Praga. Coordenou projetos luso-espanhóis na área de formação de professores assim como integrou projeto luso-brasileiro no âmbito da pedagogia universitária. Atualmente participa em projetos nacionais e internacionais nas áreas do e-learning, da aprendizagem ao longo da vida e da avaliação da formação de professores. Coordena atualmente a equipa portuguesa de dois projetos Erasmus+I Capacity Building Projects na área da formação de professores do ensino superior. Tem, atualmente, a responsabilidade de assegurar a coordenação pedagógica do projeto de Ensino a Distância da Universidade de Coimbra onde tem sido responsável por diversos cursos em B-learning e D-learning no domínio da formação de professores e da formação ao longo da Vida. Membro integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Universidade de Coimbra. E-mail: tpessoa@fpce.uc.pt

**SANDRA CÉLIA COELHO GOMES DA SILVA** - Pós doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Doutora em Ciências da Religião (PUC-GO), Mestra em Ciências da Religião (PUC-GO). Pós-Graduada em Sociologia (UFMG) e História Econômica: Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Membro da Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM), Conselheira da Sociedade de Teólogos e Cientista da Religião - SOTER (Regional Centro-Oeste). Atualmente é Coordenadora do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES - UNEB -DEDC - Campus XI - Serrinha), Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia DEDC - Campus XII - Guanambi - (UNEB. Tem experiência na área de Ciências Humanas e Sociais, com ênfase em Sociologia, Antropologia, Ciências Sociais Aplicada à Saúde, Metodologia da Pesquisa, Religião e Internacionalização. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas Interdepartamental em Culturas e Religiões. E-mail: scsilva@uneb.b

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adoção 151, 183

Apego 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Aprendizagem 2, 11, 12, 21, 34, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 69, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 121, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 152, 153, 157, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 200, 211, 213, 218, 234, 236, 237, 238, 239, 242, 243, 244, 256, 268, 269, 272, 286

### C

Currículo 6, 7, 10, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 37, 69, 72, 97, 101, 103, 132, 168, 175, 179, 181, 190, 196, 201, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 264, 265, 285

### D

Democratização 11, 118, 124, 136, 142, 163, 164, 239, 274, 275, 276, 277, 278, 280

Desenvolvimento Profissional 211, 212, 214, 215, 218, 219, 285

Desigualdade 20, 21, 98, 100, 103, 104, 107, 111, 199

Direitos Humanos 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 70, 256

Diversidade 1, 2, 3, 4, 5, 13, 19, 68, 88, 97, 98, 100, 138, 153, 193, 249, 283, 284, 285

Docência 24, 37, 38, 41, 50, 93, 94, 109, 116, 117, 120, 122, 124, 125, 164, 191, 195, 196, 197, 201, 202, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 229, 231, 232, 234

### E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 50, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 84, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 150, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 244, 245, 246, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 282, 283, 284, 285, 286

Educação do Campo 68, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Educação Infantil 1, 2, 3, 4, 5, 13, 15, 133, 195, 199, 218, 258, 260, 261, 264, 268, 274, 275  
Educação Integral 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77  
Educação Sexual 19, 20, 21, 22  
Emoções 65, 103, 104, 107, 108, 109, 111, 114, 115  
Empreendedorismo 143, 144, 145, 146, 147, 152, 154, 155  
Ensino de Sociologia 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37  
Ensino Fundamental 13, 14, 16, 22, 50, 53, 56, 94, 97, 101, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 157,  
159, 164, 170, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 194, 195, 216, 218, 221, 268, 274, 275  
Ensino Profissional 38, 43, 44, 59, 62  
Ensino Superior 41, 120, 123, 164, 183, 220, 224, 228, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241,  
242, 243, 244, 285, 286  
Estágio Curricular 25, 33, 35, 116, 123, 125  
Estilos de Aprendizagem 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89  
Estudo de Estatística 19, 20  
Experimento Didático 204

## **F**

Formação de Educadores 18, 93, 196  
Formação de Professores 4, 18, 25, 33, 37, 98, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 179,  
187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 202, 211, 212, 219, 236, 238, 244, 285, 286  
Formação Docente 32, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 192, 195,  
197, 219, 285

## **G**

Gestão Democrática Participativa 128, 129, 130, 132, 133, 139, 141  
Gestão Empreendedora 143, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155  
Gestão Escolar 93, 131, 140, 156, 162, 171, 274, 275, 278, 279, 280, 284

## **H**

História 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 14, 16, 21, 24, 39, 68, 69, 76, 95, 96, 101, 116, 120, 121, 127, 149,  
181, 182, 188, 190, 194, 201, 202, 214, 216, 217, 218, 219, 221, 229, 233, 245, 277, 282, 284, 286

## **I**

Império 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 221, 277  
Informática Básica 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180  
Instrução Pública 181, 182, 183, 184, 185, 221

## **L**

Ludicidade 1

## **O**

Ondas 204, 205, 206, 208, 209, 210

## **P**

Prática Educativa 63, 101, 118, 129, 130, 133, 141, 203, 244, 248, 249, 283

Práticas Avaliativas 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Prova Brasil 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171

## **S**

Socioeducação 245, 247, 248, 249, 250, 252, 254

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*

# 2



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*

# 2



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)